

Mesmerização e violência:
discurso e política pública de ocupação no Rio de Janeiro

SALVATORE BARRETO BENVENUTO*

Resumo

A repressão recorrente ao morador do morro e seu estilo de vida constitui parte de uma disputa pelo imaginário e por território na cidade do Rio de Janeiro. A violência material e simbólica sobre este morador constitui um mecanismo que, simultaneamente, desqualifica um determinado ponto de vista sobre a cidade e promove justificativa à ocupação e repressão nas favelas. O discurso calcado na "cidade partida" fornece legitimidade a uma pressão constante pela "periferização" do indivíduo culturalmente indesejado no "centro", cedendo espaço para um determinado "projeto" de cidade, do qual o favelado não faz parte.

Palavras-chave: Violência; Favela; Estado; Política Pública.



SALVATORE BARRETO BENVENUTO é Mestre em Ciência Política pela UFRJ.

Sinto no meu corpo/ A dor que angustia/ A lei ao meu redor/ A lei que eu não queria/ Estado Violência/ Estado Hipocrisia/ A lei não é minha/ A lei que eu não queria... (...) Estado Violência/ Deixem-me querer/ Estado Violência/ Deixem-me pensar/ Estado Violência/ Deixem-me sentir/ Estado Violência/ Deixem-me em paz... (GAVIN, 1986)



1. Introdução

A urbe entrecortada entre "morro" e "asfalto" impõe uma forte impressão no imaginário sobre a cidade do Rio de Janeiro. A oposição idealizada entre classe e estética, entre música e traje, propõe uma antítese: dois espaços em oposição, dois sentimentos em direções contrárias.

Entretanto, tal antítese simplifica um conflito muito mais complexo, uma disputa que influencia o discurso sobre o espaço urbano e a preeminência de uma determinada visão do que será a urbe. Este conflito não se resume a uma questão territorial e econômica, mas inclui uma disputa pelo *devoir* da cidade e suas consequências.

A disputa em questão tem um importante papel na construção referencial do espaço urbano. O discurso que estabeleça uma representação para a cidade contém uma intensa negociação simbólica. Este determina que perspectiva prevalece, a qual vai orientar uma determinada visão sobre a urbe. O projeto arquitetônico, o projeto político e a demarcação simbólica dos territórios são, assim, representações do ponto de vista dominante.

Dessa forma, a cidadania a qual a universalidade dos direitos políticos celebra permanece truncada pela desigualdade simbólica. O cidadão, neste contexto, se divide em primeira e segunda classe, e este último busca

subverter o ordenamento da cidade que assim o qualifica.

A cidadania referida é ainda investida da ideia de um "gentil homem", economicamente e educacionalmente demarcado. O direito garantido na constituição, na prática, se estende tão somente a um tipo de cidadão, aquele capaz de apresentar determinadas credenciais simbólicas.

Os "mitos" acionam estereótipos longamente maturados que questionam a participação do conjunto dos favelados na moralidade hegemônica, assim como a postura ética dos moradores desses territórios. Reeditam, aggiornatta, a representação das classes perigosas (Chevalier, 1984; Guimarães, 1981; Zaluar, 1994; 1985), agora deslocada do campo propriamente político relativo à apropriação do aparelho de Estado para o terreno sociocultural do perigo envolvido no descumprimento de regras de conduta contidas na moral dominante. (DA SILVA; LEITE, 2007: 549)

Assim, os posicionamentos entre diferente tipos de cidadão depreendem uma disputa pelo capital simbólico capaz de dar preeminência a "um" ou a "outro". A proposição de uma determinada perspectiva dá poder sobre o outro, numa disputa sobre as narrativas que demarquem status, razão e domínio.

Não há, portanto, cisão entre "morro" e "asfalto". Existe uma troca simbólica negociada nos diversos demarcadores entre "nós" e "eles", os quais criam sincretismos complexos que reposicionam as relações de poder de acordo com a demanda de valor.

A "cultura das favelas" gera uma perspectiva legitimadora do morador do morro e da vida na comunidade, criando um contraponto positivo ao discurso do "asfalto". Para o último, a favela é o lugar da violência do tráfico e do crime. Ainda assim, o encontro entre as duas perspectivas acontece, estabelecendo uma troca cheia de negociações conflituosas e sincretismos desiguais.

Esses movimentos sócio-culturais ganham uma dimensão política ao serem portadores de expressões culturais e estilos de vida vindos da pobreza, forjados na passagem de uma cultura letrada para uma cultura audiovisual e midiática. (...) A cultura das favelas e periferias também é um contraponto para a visão estereotipada das favelas como fábricas de morte e violência, aspecto recorrente na mídia e no cinema que revela apenas a imagem da favela-inferno, território para a pulsão de morte, sem olhos para a cultura de resistência e vitalidade que vem sendo forjada aí e sua relação com novas formas de trabalho e ocupação. (BENTES, 2012: 54)

A despeito das diversas frentes em que esta contenda se desempenha, o interesse aqui é abordar os discursos criados nesta disputa, os quais representam a competição pela preeminência de uma determinada narrativa sobre a cidade do Rio de Janeiro.

Propõe-se a "cultura das favelas" como um movimento de resistência cultural, produtor de um contra-discurso que busca legitimar o morador do morro e sua produção simbólica. Este seria capaz de estabelecer uma contraparte ao discurso do "asfalto" que posiciona tal

morador em desvantagem em relação a determinados saberes.

A complexidade e ambiguidade da "dobra" brasileira no capitalismo global vem mostrando que as fábricas de pobreza e violência são também territórios e redes de criação. Essas vozes da periferia, jovens artistas e agitadores, negros saídos da favela, de ambientes de violência e hostilidade destituem os tradicionais mediadores da cultura passam de "objetos" a sujeitos do discurso, contribuindo com uma renovação do político, e com os discursos mais contundentes sobre racismo, violência policial, pobreza. Concorrendo com os discursos da universidade e da mídia. (BENTES, 2012: 55)

Estes conflitos se refletem no imaginário e nos valores, nas instituições e nas leis, criando uma competição nem sempre velada entre pontos de vista concorrentes. Temos, portanto, como palco estratégico a tessitura de discursos, os quais derivam em instituições capazes de influenciar o destino de um ou outro grupo social.

Assim, projetando a importância do discurso como elemento da identidade, a qual implica o esforço produtivo e o ordenamento da cidade, é possível propor a ideia de uma competição. Indica-se uma disputa pela preeminência de uma cultura central em contraponto à uma periférica na cidade do Rio de Janeiro.

2. Cidade partida

A cidade do Rio de Janeiro e sua topografia distinta constituem um cenário favorável à ideia de "cidade partida", a qual divide entre "morro" e "asfalto" (centro e periferia) seus habitantes. O morador da "pista" e o

"favelado" estabelecem estereótipos rivais, constituídos entre dois discursos concorrentes. À medida que se desempenham as relações entre os dois "mundos" mais e mais sincretismos são produzidos, pois as interseções são frequentes.

No espaço de "convivência" há uma intercessão simbólica, a qual promove um campo da disputa e da negociação. Um lugar do embate entre os códigos do "morro" e do "asfalto". Neste espaço, o discurso gerado no morro choca-se com discurso do asfalto e todo o seu *background*, qual seja, as diversas instituições que contribuem para a construção de uma vivência legal/formal versus outra ilegal/informal.

Nesta arena se define mais do que o parâmetro do adequado e do inconveniente. Propõem-se padrões para a rejeição de um determinado comportamento e da repressão policial. Quando reproduzir o funk se torna uma forma da identidade e do enfrentamento, a qual pode perfeitamente justificar uma abordagem policial violenta, constitui-se uma intervenção do Estado sobre códigos simbólicos que reconhecem diferentes tipos de cidadão.

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque os que detêm o poder constroem as instituições segundo seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. (CASTELLS, 2013:10)

Pela perspectiva bourdieusiana, o Estado propaga a violência simbólica como um

mecanismo do poder. Determinado ponto de vista divide a cultura entre central e periférica, consistindo o capital cultural a posse de certos códigos de propriedade simbólica da cultura preeminente. O domínio no campo cultural determina aquele que detém e o que não detém o saber adequado, reproduzindo uma desigualdade estrutural na sociedade.

Assim, fator essencial da disputa entre "nós" e "eles" é cultural, e reside num conjunto de valores. A questão é que essa contenda criou uma tensão e uma disputa por território, onde os indesejados reagem à desqualificação constante do seu ponto de vista. A resposta à violência simbólica se traduz em ódio ao outro. A existência altamente violenta no "morro" gera uma interação violenta com o "asfalto".

Constituído num tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos ou estéticos, exprime segundo sua lógica própria a necessidade dessas condições em sistemas de preferências cujas oposições reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação, transmutadas, assim, em distinções simbólicas. (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1976)

Na cidade do Rio de Janeiro há uma criminalização da favela, calcada atualmente na imagem do tráfico, a qual funciona como justificativa à ocupação destes territórios como mecanismo de contenção. O vilipêndio ao morador do morro, e a constante intervenção que

cria uma política pública de exceção dos direitos, é plenamente justificado na segurança do morador do asfalto. Temos como resultado um aumento da violência por um sistema que alimenta ambos, com justificativa para mais enfrentamento e agressão.

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens (...) e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Esta, por sua vez, fundamentaria a aceitação e a banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar e generalizar a chamada "lei do tráfico". Em consequência, os moradores de favelas estariam recusando a "lei do país" ao optarem por um estilo de vida que negaria as normas e valores intrínsecos à ordem institucional. (DA SILVA; LEITE, 2007: 549)

A "cidade partida" vem historicamente exercendo uma pressão constante para que o morador do morro se afaste do "centro", ocupando o espaço na periferia da urbe. A ordem e a segurança pública são argumentos para o afastamento dos moradores com status de invasores do espaço central da cidade. A favela é excluída do espaço legítimo da cidade como "zona de exceção", forçando seus moradores uma perspectiva de gueto.

O exercício constante, não só da violência, mas da desqualificação do modo de vida no morro, seus saberes, estética e linguagem, impõe determinado meio de dominação. A hegemonia não se restringe à posse dos meios legítimos de governo, mas inclui a produção constante dos códigos de

conduta. Da imposição de um ponto de vista que retorna a responsabilidade sob a opressão ao oprimido, o qual não seria capaz de reproduzir os meios adequados de convivência.

O conceito de hegemonia, em Gramsci, estabelece a cultura como dimensão política, a qual constitui um determinado padrão passível de coerção pelo Estado. A principal forma de enfrentamento consiste, portanto, em estabelecer parâmetros culturais concorrentes ou contra-hegemônicos, produzindo padrões que concorram com aqueles produzidos pelo aparato Estatal.

Emerge, pois, da reflexão gramsciana, o conceito de hegemonia que (...) conota a direção imprimida por um dado grupo ou fração de classe a toda a sociedade e, por isso mesmo, umbilicalmente ligada à única dimensão unificadora e organizadora de atores sociais em permanente estado de disputa explícita ou latente: a cultura. Deter a hegemonia, neste registro, significa deter e fazer valer um dado corpo de representações, valores, em suma, um código cultural aceito e partilhado, ainda que inconscientemente, por todos, malgrado desavenças ou conflitos, sendo estes últimos significativos da tentativa de construção do contra-hegemônico. (MENDONÇA, 1996)

Este embate vinha transcorrendo de maneira profundamente desigual até recentemente. As representações culturais estavam restritas ao espaço das comunidades ou a sansão dos que detinham o controle sobre os meios de comunicação. Até então, o que passava ao conhecimento público era altamente filtrado e/ou "embelezado" para fins de turismo ou entretenimento.

Uma vez que a hegemonia sobre os meios de comunicação reproduzia apenas determinado ponto de vista, a periferia permanecia sob imensa pressão, sem os meios pelos quais exercer sua identidade e voz próprias. Tal mecanismo de contenção concentrava tensões fazendo a existência no "gueto" uma alteração simbólica constante e intensa.

Entretanto, com a crescente disseminação de meios de comunicação em rede, a capacidade de disseminar informação sofre uma reviravolta. Através da internet, as grandes corporações perdem a hegemonia sobre o que permanece na pauta da mídia. Pela réplica, a informação viaja todo o mundo na WWW – *wold wide web*. Este recurso permite a dispersão dos pontos de vista periféricos contornando o discurso hegemônico.

Esta capacidade de atingir um grande público permite que formadores de opinião eventuais consigam uma grande repercussão com recursos mínimos. Dessa forma, a "cultura das favelas" pode concorrer como discurso legítimo, em oposição à ideia da favela "dominada" pelo tráfico, promovendo uma revalorização do morro.

Sem esse enfrentamento não é possível quebrar o ciclo de alimentação constante da aversão mútua entre centro e periferia na cidade do Rio de Janeiro. As consequências práticas de uma determinada imagem do morador do morro se materializam em criminalização e ocupação das favelas, transformando pela força a palavra em realidade.

Assim, a ideia de uma resistência cultural com o intuito de mudar esta imagem, pode subverter políticas

públicas que criminalizam e ocupam as comunidades. O imaterial é simultaneamente um mecanismo de domínio e um canal de pressão. O discurso estabelecido hegemonicamente é capaz de interferir nas instituições mudando o curso das leis. Dessa forma, o ator que produzir o discurso mais contundente é aquele que irá influenciar a construção institucional.

Coerção e intimidação, baseadas no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência, são mecanismos essenciais de imposição da vontade dos que controlam as instituições da sociedade. Entretanto, a construção de significado na mente das pessoas é uma fonte de poder mais decisiva e estável. A forma como as pessoas pensam determina o destino de instituições, normas e valores sobre os quais a sociedade é organizada. Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. Se a maioria das pessoas pensa de forma contraditória em relação aos valores e normas institucionalizados em leis e regulamentos aplicados pelo Estado, o sistema vai mudar, embora não necessariamente para concretizar as esperanças dos agentes da mudança social. É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas. (CASTELLS, 2013:10)

A disseminação de um contra-discurso, através dos recentes meios de comunicação digital, poderia dar um desfecho diferente aos territórios periféricos, agora sitiados pelas instituições do "asfalto". A reformulação dos valores, afirmando como positiva a cultura das favelas, poderia pressionar o

Estado em relação às suas políticas de segurança. Enquanto a favela for identificada como ameaça, haverá farta justificativa para opressão do morador do morro.

Nas últimas décadas houve uma importante mudança em relação à tecnologia da comunicação. Essa mudança repercutiu nas relações de poder de uma forma sem precedentes, transformando o ativismo político. O surgimento de mecanismos mais acessíveis de difusão da informação permitiu uma distribuição mais equilibrada das vozes no cenário político.

Os novos recursos em tecnologia da informação criaram falhas na hegemonia dos meios de comunicação, brechas por onde produzir narrativas concorrentes. Para Manuel Castells (2013), a comunicação está no verdadeiro cerne de uma mobilização de novo tipo. Os novos recursos tecnológicos trouxeram possibilidades singulares da organização e da ação política.

Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero. (CASTELLS, 2013:19)

Estes recursos não promovem só meios mais eficientes de comunicação, interatividade e uma arquitetura em rede, essenciais a um formato mais horizontal da mobilização. O acesso disseminado aos meios de distribuição da informação permite uma democratização da "produção simbólica". Novos atores entram em cena e outro tipo de *broadcasting* dissemina novas perspectivas estéticas e políticas.

Nesta circunstância, a produção cultural pode se difundir por redes digitais de comunicação, distribuindo um contra-discurso, o qual promove não só uma contestação estética, mas eminentemente política. As diversas mensagens disseminadas concorrem com a proposição hegemônica num enfrentamento por espaço e legitimidade.

Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Todos os sistemas institucionais refletem as relações de poder e seus limites tal como negociados por um interminável processo histórico de conflito e barganha. A verdadeira configuração do Estado e de outras instituições que regulam a vida das pessoas depende dessa constante interação de poder e contra poder. (CASTELLS, 2013:10)

3. Mundos transitórios

Em *futuros imaginários*, Richard Barbrook defende que a produção de uma determinada narrativa do futuro em meados do séc. XX justificava o presente. Neste caso, o presente existe inclusive como expectativa do futuro, e a realidade recebe menos importância do que a imagem projetada no discurso.

O presente já contém o futuro, e esse futuro explica o presente. O que é agora é o que será um dia. A realidade contemporânea é a versão beta de um sonho da ficção científica: o futuro imaginário. (BARBROOK, 2009: 37)

A expectativa do indivíduo não se concentra no agora, possivelmente desfavorável, mas na ilusão. Como no truque dos mágicos, chama-se a atenção para uma mão enquanto a outra realiza a prestidigitação. Assim, o discurso representa uma área de manobra do Estado. "Criar o futuro" induz a confiança de que os líderes sabem para onde estamos todos indo.

Em certo momento, o pensamento liberal foi algo fundamental como contraposição à proposta comunista. A ideia de liberdade e do individualismo que pregava um Estado mínimo regulador colonizou as bases do pensamento ocidental.

Dessa forma, a transição para o *welfare state* precisava de uma justificativa, a qual residia num projeto de sociedade abundante como expectativa futura; a chamada "sociedade de consumo". Assim, à imagem da ideia cíclica de transição histórica defendida por Marx, criou-se uma versão "capitalista" do processo de modernização.

Essa visão justificava as interferências no presente como parte inevitável do

ciclo de mudanças que levaria ao "futuro". Tal futuro elegia como líder natural os EUA, pelos avanços que alcançara na distribuição abundante de bens de consumo.

Inspirado por Burnham, Rostow enfatizou que essa fase liberal do capitalismo não era o ápice do processo de modernização. No próximo estágio de crescimento, a nação evoluiria para uma sociedade de consumo de massa onde os benefícios da industrialização seriam estendidos para a maioria da população. Sob o fordismo, trabalhadores tornariam-se proprietários de carros, moradores de casas em subúrbios e espectadores de TV habitantes de um estado de bem-estar social democrático e pluralista. (BARBROOK, 2009: 146)

Ainda segundo Barbrook (2009), para empreender esta tarefa, o governo estadunidense recruta um grupo de ex-militantes de esquerda, os quais o autor nomeia como "a esquerda da guerra fria". Ironicamente, os ex-marxistas eram os mais capacitados para criar um "contra-discurso" comunista. Quem afinal conhecia melhor os entremeios desta teoria?

Norbert Wiener tinha traído a confiança das elites ao demonstrar a intensificação da exploração pelo fordismo, e Marx era demasiado identificado com o pensamento comunista. Era preciso inventar o marxismo sem Marx e a cibernética sem Wiener. A guerra ideológica era o palco o qual seria determinado aquele que possuía o melhor "futuro" a oferecer.

Assim como produzir cibernética sem Wiener, inventar o marxismo sem Marx tornara-se agora uma prioridade ideológica. Para os

membros da Esquerda da Guerra Fria encarregados dessa tarefa vital, Burnham mostrou o caminho a seguir. (BARBROOK, 2009: 142)

Durante a guerra fria ficou claro que o uso de armas nucleares era radical demais para funcionar como mecanismo efetivo de pressão internacional. O armamento atômico falhou como narrativa do poder porque seu custo era alto demais. O "poder" como possibilidade real do uso destas armas estava esvaziado.

Assim, o governo norte-americano compreende a importância do *soft power*, a força "suave". A produção de uma narrativa capaz de projetar os Estados Unidos como um líder mundial, o detentor do melhor projeto de futuro, era um fator determinante da guerra simbólica.

Pelos meios da construção ideológica, iria criar a ideia de um porvir guiado pelo país, aquele que reunia as melhores qualidades para liderar o mundo até seu futuro brilhante. Era preciso criar como contraponto ao discurso do comunismo.

A segurança de longo prazo da esfera de influência estadunidense agora requeria mais do que a "força bruta" da proeminência militar e econômica. A elite dos Estados Unidos também deveria conquistar a supremacia na "força suave" da hegemonia ideológica e cultural. (BARBROOK, 2009: 126)

A produção de uma determinada perspectiva do avanço tecnológico, como narrativa que permite justificar o presente como parte de um projeto futuro, permitiu transições político-econômicas cruciais para os EUA. Por meio desta narrativa foi possível golpear

ideologicamente o projeto de futuro socialista.

Uma determinada narrativa da modernidade interpretou um papel fundamental na guerra ideológica da qual o século XX foi palco, o que determinou ao seu final a preeminência da perspectiva liberal democrata. Como se sabe, a internet nasce neste momento histórico (guerra fria) como aparato de descentralização das telecomunicações em caso do evento de uma guerra.

Como se sabe, a Internet originou-se de um esquema ousado, imaginado na década de 1960 pelos guerreiros tecnológicos da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (a mítica DARPA) para impedir a tomada ou destruição do sistema norte-americano de comunicações pelos soviéticos, em caso de guerra nuclear. (CASTELLS, 2005: 44)

Com o fim da guerra fria, a rede mundial de computadores cresce exponencialmente como meio de comunicação, entretenimento e interatividade social. A WWW torna-se inclusive parte de uma rede de monitoramento através de um aparato que permite o registro das mais diversas atividades pessoais ou coletivas. Ironicamente, ela se torna um importante front de resistência à hegemonia do Estado e da grande imprensa sobre a informação.

Assim, a "gênese" da internet detém um importante uso simbólico naquele contexto e na disputa entre narrativas que propõe projetos distintos de sociedade. Como representação do futuro, contém em si um meio e um fim. Como mecanismo de disseminação da informação, continua produzindo

narrativas concorrentes, agora no interior do próprio modelo que a criou.

4. Notas finais

Entre "morro" e "asfalto", a cidade do Rio de Janeiro vem construindo sua identidade. A tensão entre estes dois pontos de vista tem, através do tempo, construindo a imagem do carioca, ao mesmo tempo sofisticado e malandro, despojado e cosmopolita. Entretanto, por trás de uma identidade brejeira e descolada vive uma tensão permanente, às vezes propositalmente ignorada, no lugar onde esta carga simbólica é gerada.

Por trás do espírito do carioca há o lado sombrio da repressão daquilo que é indesejável como parte dessa imagem. O movimento de desqualificação, repressão e remoção de moradores indesejados como forma de "embelezamento", "civilização" e "higienismo" é algo historicamente recorrente. A cidade quer ser metrópole, mas aqueles que fornecem a mão-de-obra fundamental são também os que não se quer mostrar.

Assim, a bela imagem do Rio de Janeiro tem um custo cruel no contínuo vilipêndio ao morador do morro, o qual ciclicamente termina por vítima de uma política pública não declarada de afastamento para periferia para abrir mais espaço. Este ato fornece lugar onde migrantes e nascituros possam habitar, mas gera uma pressão constante e avassaladora sobre as comunidades.

Considerando que a orla do Rio funciona como "ímã" para migrantes que constituem uma importante mão-de-obra, e que reconhecem tão somente esta imagem da cidade, temos uma fábrica de atração, processamento e remoção

constante de pessoas na favela. Sob esta visão é deliberada a ação do Estado como forma de manter um ciclo onde pessoas são recrutadas inclusive para alimentar o mercado de trabalho.

Entretanto, este processo, esta "máquina", apresenta um altíssimo custo em relação à violência. Atrair e remover estas pessoas, conter sua explosão cultural nos territórios das favelas, docilizar e reprimir, são geradores de enorme tensão, a qual explode na criminalidade. A cidade em questão criou um enorme aparato policial na tentativa de conter esta violência e nada indica que seus quadros vão parar de crescer, o que sugere uma resposta descoordenada e não uma política pública coerente.

Temos, portanto, como resultado da violência simbólica e material ao "morro" um aumento da violência de forma geral na cidade. As populações que habitam as comunidades tornam-se as pretensas "fábricas de morte" em função de uma pressão constante ao seu modo de vida. A resposta violenta se torna um mecanismo da sobrevivência e do enfrentamento à maneira como são "empurrados" para a periferia da cidade.

O Rio de Janeiro, sob esta visão, constitui-se como uma fábrica de tensão e medo constantes, os quais tão somente servem a interesses não declarados de desenvolvimento fragmentário, lucro individual e estratégia precária de arregimentação de mão-de-obra.

Referências

BARBROOK, R. **Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BENTES, I. Deslocamentos subjetivos e reservas de mundo. **Anais do XIX Encontro da Compós** - PUC Rio, Rio de Janeiro - RJ, v. 8, 2010. Disponível em: http://compos.com.puc-rio.br/media/gt10_ivana_bentes.pdf acesso em 10/06/14.

_____. Redes Colaborativas e Precariado Produtivo. **Revista Periferia**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/periferia/article/download/3418/2344> acesso em 10/06/14.

BOURDIEU, P. e SAINT-MARTIN, M. Gostos de classe e estilos de vida. Reproduzido de *Goûts de classe et styles de vie. Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 5, out. 1976, p. 18-43. [Traduzido por Paula Montero]. Disponível em: [http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20\(pierre%20bourdieu\).pdf](http://www.unifra.br/professores/arquivos/8547/89602/gostos%20de%20classe%20e%20estilos%20de%20vida%20(pierre%20bourdieu).pdf) acesso em 10/06/14.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. 1 - A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 8 ed., 2005.

_____. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DA SILVA, L. A. M.; LEITE, M. P. Violência, Crime e Polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 545-591, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/04.pdf> acesso em 16/07/14.

GAVIN, C. **Estado Violência**. [música] In: TITÃS. Cabeça Dinossauro. Rio de Janeiro: WEA, 1986. 1CD. Faixa 5.

MENDONÇA, S. R. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125. Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-1-estado-e-viol%C3%A2ncia-simb%C3%B3lica.pdf> acesso em 16/07/14.

Recebido em 2014-07-26
Publicado em 2014-08-11